

Subvenções privilegiam Rio e Bahia

Rio de Janeiro e Bahia, sozinhos, consumiram mais da metade das verbas destinadas às subvenções sociais, onde houve concentração de emendas irregulares dos parlamentares acusados de corrupção. Já na próxima semana, começam a trabalhar no Rio 11 equipes de auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) para investigar as 16 entidades do Estado favorecidas pelas emendas dos parlamentares envolvidos nas denúncias, segundo informou ontem à CPI o ministro do TCU Carlos Átila.

A subcomissão da CPI da máfia do Orçamento que investiga as irregularidades com verbas para

subvenções sociais descobriu que, dos US\$ 168 milhões destinados a todo o País, o Rio de Janeiro e a Bahia consumiram, juntos, o equivalente a US\$ 86 milhões. Só no Rio foram US\$ 59 milhões, destinados em grande parte para entidades ligadas aos deputados Fábio Raunheiti (PTB-RJ) e Peres Nader (PTB-RJ) e para a Associação de Promotores Evangélicos.

Para o coordenador da subcomissão de subvenções sociais, Garibaldi Filho (PMDB-RN), o Governo agiu certo ao suspender a liberação das verbas de subvenção social. Ele admite que será necessário encontrar uma alternativa para

as instituições legítimas, como as Associações de Pais de Excepcionais (Apaes), dependentes dessas verbas, mas acredita que o recadastramento desse tipo de entidade poderá ser acelerado.

Do jeito que estava, quem mais recebia era quem menos precisava, comenta o senador.

A subcomissão está encontrando dificuldades em suas investigações em Minas Gerais, onde tenta obter informações sobre as entidades favorecidas pelas emendas do deputado José Geraldo (PMDB-MG). Em um dos endereços, em lugar de uma entidade assistencial havia um apartamento residencial e há endereços inexistentes.